



VII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Londrina de 08 a 10 novembro de 2011 - ISSN 2175-960X – Pg. 3882-3890

EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: IMPLANTAÇÃO DE SALAS DE RECURSOS EM UMA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA

Ana Cristina de Carvalho¹
Fundação de Apoio à Escola Técnica -FAETEC
Cristina Mascaro²
Fundação de Apoio à Escola Técnica -FAETEC
Valéria de Oliveira³
Fundação de Apoio à Escola Técnica -FAETEC
Vanessa Cabral⁴
Fundação de Apoio à Escola Técnica -FAETEC

Introdução:

Tendo como referencial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 BRASIL (2006) e os documentos referentes às políticas de inclusão do MEC (BRASIL, 2010) a Fundação de Apoio à Escola Técnica – FAETEC vem desenvolvendo ações que buscam criar igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação na Educação Profissional. Vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, a fundação compreende um dos maiores complexos de educação profissional do país, atuando desde a educação infantil até o ensino superior.

Nesse sentido, visando favorecer processos e dinâmicas educacionais, que reconheçam e incluam a diversidade humana nas dimensões física, política, cultural e social, na perspectiva das práticas educativas desenvolvidas em suas Unidades Escolares e entendendo como uma das possibilidades para que nas escolas brasileiras o processo de inclusão possa se efetivar, a fundação implementou em novembro de 2003, o Programa de Inclusão na Educação, que desde de 2007 se traduz na Divisão de Diversidade e Inclusão Educacional, vocacionada para estimular, mobilizar, conscientizar e construir coletivamente uma escola para todos, constituindo ações objetivas em relação à promoção da equidade nas oportunidades educacionais para pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação.

A inclusão desses alunos na rede de ensino profissional FAETEC é hoje uma conquista que confirma a compreensão da inclusão na educação como parte de um movimento maior, pelo qual se busca não só garantir o acesso, mas também a qualidade e a equidade na educação. Essa conquista se projeta no grande desafio de preparar a

¹ Graduada em Psicologia, Especialização em Psicopedagogia e Especialização em Educação Especial. Endereço: Rua São Francisco Xavier 80/402 – Tijuca – Rio de Janeiro –RJ CEP:20550-012. E-mail: ana_cc2004@yahoo.com.br

² Graduada em Pedagogia com Especialização em Psicopedagogia e Gestão Escolar. Mestranda em Educação da UERJ. Endereço: Rua Francisco Dantas , 85 bloco 02 Apto 402. Freguesia – Rio de Janeiro – RJ CEP: 22753045. cristinamascaro@hotmail.com

³ Graduada em Pedagogia, Especialização em Educação Especial. Endereço: Rua Clarimundo de melo, 847 – Quintino– Rio de Janeiro –RJ CEP: 21311-280. E-mail: valeriaoliviera2006@yahoo.com.br

⁴ Graduada em Pedagogia, Especialização em Educação Especial. Endereço: Rua Clarimundo de melo, 847 – Quintino– Rio de Janeiro –RJ CEP: 21311-280. E-mail: vanessa1509@gmail.com

escola e seus profissionais para que, todos os alunos, encontrem respostas pedagógicas para as suas necessidades educacionais específicas.

Frente à diversidade no panorama educacional da rede FAETEC, entendeu-se que o trabalho com a diversidade se enriqueceria com a implementação de Salas de Recursos Multifuncionais e, através de uma parceria com a Coordenadoria de Educação Especial do Estado do Rio de Janeiro que está ligada diretamente ao MEC, propomos a implementação na rede FAETEC, no sentido de garantir o atendimento das demandas de educação profissional das pessoas que apresentem necessidades especiais intelectuais, sensoriais, físicas e múltiplas, situação que exige a implementação das condições necessárias para que se possa garantir a esses educandos a sua inserção em ambiente educativo acolhedor, onde se sintam em igualdade de condições em relação às outras pessoas da comunidade escolar, assim como aos Transtornos Globais de Desenvolvimento e Altas Habilidades/superdotação.

A primeira parte desta ação foi o contato com os respectivos órgãos reguladores, onde todas as unidades de Ensino, que possuíam INEP e alunos incluídos público-alvo da Educação Especial, foram encaminhadas ao MEC/SEEDUC para obtenção das Salas de Recursos Multifuncionais -SRM. Cabe ressaltar que foi de escolha do MEC as unidades de ensino a serem contempladas em toda a rede.

Como somente algumas das unidades de ensino de nível médio técnico foram contempladas com a implantação das SRM, e entendendo a importância deste trabalho para os alunos que hoje estão no ensino fundamental da rede, foi elaborado e submetido um projeto a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro-FAPERJ: Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais na Rede de Ensino FAETEC para Alunos com Deficiências nos Diferentes Cursos de Educação Profissional e Tecnológica, para ampliação das SRM e dotação de recursos materiais.

A primeira condição para a educação inclusiva não envolve custos financeiros: ela exige uma nova forma de pensar e agir. Para isso, precisamos entender que as crianças são diferentes entre si. Elas são únicas em sua forma de pensar e aprender. Todas as crianças, não apenas as que apresentam alguma limitação ou deficiência são especiais. Por isto, também é inadequado exigir de diferentes crianças o mesmo desempenho e lidar com elas de maneira uniforme. O ensino deve ser organizado de forma que contemple as crianças em suas distintas capacidades. A individualização do ensino significa a individualização dos alvos, da didática e da avaliação. (BEYER, 2005).

Nesse sentido, a SRM é um espaço educativo que oferece serviços de natureza pedagógica para os alunos que apresentam deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades /superdotação, matriculados em classes regulares de todos os níveis e modalidades de ensino. E, o atendimento implementado neste espaço é conduzido por professores especializados que suplementam (no caso dos superdotados) e complementam (para os demais alunos) o atendimento educacional realizado em classes comuns. Dessa forma, estas salas se constituem como uma ação do sistema de ensino no sentido de oferecer o suporte às necessidades educacionais específicas dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento e desenvolvendo competências e habilidades próprias. Seu papel é oferecer o que não é próprio do currículo escolar, propondo objetivos, metas e procedimentos educacionais específicos e suas ações são definidas conforme o tipo de deficiência, numa perspectiva de

complementar e/ou suplementar suas necessidades educacionais, não sendo, portanto um reforço escolar, mas um trabalho de, junto ao aluno e aos professores da classe comum, encontrar o fio condutor de sua aprendizagem.

Para isso, os professores especialistas destas salas atuam de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso ao aluno com deficiência ou outra necessidade o acesso ao currículo e a sua interação no grupo, entre outras ações para promover a inclusão deste aluno.

Este trabalho orienta-se nas leis, decretos, pareceres e diretrizes sobre Educação Especial/Inclusiva e apoios educacionais especializados traçados pela legislação vigente e nos autores que tratam da formação de professores e das políticas públicas. Então consideramos a Constituição Federal/1988, no Inciso III, a. ”artigo, 208. A Lei de Diretrizes e Bases Nacional (1996) com ênfase para seu título III – do Direito à Educação e do Direito de Educar e Título V -Dos Níveis e Das Modalidades De Educar E Ensino particularmente em seus capítulos I e V, referentes à composição dos níveis Unidade Escolares e à educação especial, respectivamente. A Declaração de Salamanca e Linha de Ação e Necessidades Educativas Especiais -Espanha 1994 .O Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.7853/1989 que dispõe sobre o apoio a pessoas portadoras de deficiências, sua integração social, assegurando pleno exercício de seus direitos individuais e sociais. A Resolução nº 2, do Conselho Nacional de Educação CNE/CEB/2001. A Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009, que institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Como coloca Costa (p.60 e 61;2009):

“As políticas de educação e o movimento de inclusão dos alunos com deficiência nas escolas públicas pressupõem a educação como sendo um direito dos indivíduos, contribuindo assim para a possibilidade de escolas democráticas e uma sociedade justa e humana. Para tal, impõe-se um projeto nacional de desenvolvimento educacional que se volte, sobretudo, para organização das escolas e formação de professores que contemple sua autonomia e a educação de alunos com deficiência, considerando suas diferenças de aprendizagem e desenvolvimento cognitivo, físico/motor e sensorial.”

Portanto é urgente que as escolas contemplem o atendimento a diversidade dos alunos em seus projetos, atentando para o enfrentamento das barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas que ainda permitem a segregação nas escolas. Dessa forma, buscamos identificar de que forma a sala de recursos multifuncional e a formação do professor que nela atua, pode ser um facilitador para a formação do aluno com deficiência e seu aproveitamento acadêmico, visando estabelecer um diálogo constante entre as políticas públicas, educadores, e instituição de ensino para que aconteça uma troca real, relativa à construção de conhecimentos, atendimento a legislação e conseqüente melhoria da qualidade do ensino numa educação dentro de pressupostos inclusivos.

Nos últimos anos a oferta de cursos destinados à formação continuada dos professores, especialmente das redes públicas, tornou-se abundante, principalmente em decorrência das atuais políticas públicas da educação inclusiva. Entretanto, como coloca Gatti, (2008)

As discussões sobre o conceito de educação continuada nos estudos educacionais não ajudam a precisar o conceito...ora se restringe o significado da expressão aos limites de cursos estruturados, ora ele é tomado de modo amplo e genérico, como compreendendo qualquer tipo de atividade que venha a contribuir para o desempenho profissional – horas de trabalho coletivo na escola, reuniões pedagógicas, trocas cotidianas com os pares, participação na gestão escolar, congressos, seminários, cursos de diversas naturezas e formatos, oferecidos pelas Secretarias de Educação ou outras instituições para pessoal em exercício nos sistemas de ensino, relações profissionais virtuais, processos diversos a distância (vídeo ou teleconferências, cursos via internet etc.), grupos de sensibilização profissional, enfim, tudo que possa oferecer ocasião de informação, reflexão, discussão e trocas que favoreçam o aprimoramento profissional, em qualquer de seus ângulos, em qualquer situação (p.57).

A busca por novos conhecimentos se intensifica, enquanto preocupação e ação, quando a questão se dirige aos sujeitos excluídos do processo educacional, que, pela dificuldade que o professor encontra em exercer seus conhecimentos teóricos e práticos, ao receber, identificar e atuar, por exemplo, junto a um educando com necessidades educacionais especiais, dificuldades de aprendizagem ou deficiência, pode levar a sucessivas repetências e evasão escolar.

Segundo Glat e Nogueira (2002) um ensino de qualidade para crianças com necessidades especiais, na perspectiva de uma educação inclusiva, envolve pelo menos, dois tipos de formação profissional docente: professores “generalistas” do ensino regular, com um mínimo de conhecimento e prática sobre alunado diversificado; e professores “especialistas” nas diferentes "necessidades educativas especiais", quer seja para atendimento direto a essa população, quer seja para apoio ao trabalho realizado por professores de classes regulares que integrem esses alunos.

Entender que não se forma só na prática, nem se aprende só na teoria, é importante para bom desempenho do profissional que passa a entrelaçar desses dois fatores. Mais do que

especialistas, precisamos ser criativos, obtermos o conhecimento e sabermos utilizá-los de forma eficaz no trabalho, para que estes alunos possam ter maiores condições de inserção social e possibilidades de enfrentar os desafios. Como coloca Dubet (2003) “Qual o lugar da escola numa estrutura social que desenvolve o processo de inclusão?” ... a escola não é mais “inocente” nem mais “neutra”; está na sua natureza reproduzir as desigualdades sociais produzindo as desigualdades escolares. (p. 30/34)

Também não podemos "mecanizar" o trabalho, ter manuais de atuação. Nada é estático. É preciso o profissionalismo, mas de forma consciente. Isto vai auxiliar não só a idéia de um novo profissional, como facilitará a inclusão que atua como fator de negação do assistencialismo, já que coloca a condição de direito por parte de pessoas de necessidades educacionais especiais a uma escola voltada para a aprendizagem efetiva, entendendo aquele espaço como o melhor para o desenvolvimento de uma ação educativa.

Entendemos que os programas de formação continuada que não propõem um trabalho de intervenção na realidade educacional, acompanhando a história e rompendo barreiras ao desenvolvimento global do ser humano, torna-se sem valor social.

Não há ensino de qualidade, nem reforma educativa, nem inovação pedagógica, sem uma adequada formação de professores, sem uma mudança de

paradigmas, um novo pensar em educação. A respeito dos caminhos da aprendizagem, precisamos pensar que educar supõe prestar atenção em nós mesmos, em nossos pensamentos e em nossas ações, bem como na coerência entre eles. Em sua formação inicial e continuada, educadores deveriam buscar a sintonia entre o pensar e o agir, pois assim estariam encontrando o verdadeiro sentido do que é “ensinar”.

Como aponta Glat e Nogueira(2002) As políticas públicas para a inclusão devem ser concretizadas na forma de programas de capacitação e acompanhamento contínuo, que orientem o trabalho docente na perspectiva da diminuição gradativa da exclusão escolar, que virá a beneficiar, não apenas os aluno com necessidades especiais, mas, de uma forma geral, a educação escolar como um todo. (p.07)

Correia coloca: “ A filosofia adjacente a educação inclusiva, tal como é interpretada, altera o papel de todos os profissionais da educação. Estes passam a ter um papel muito mais ativo no processo de ensino-aprendizagem, pelo que devem desenvolver, não só competências que lhe permitam responder as necessidades educativas dos alunos, mas também atitudes positivas em relação a inclusão.” (p.30)

Então, para que o processo de implementação das SRM pudesse atingir o objetivo de ser um espaço efetivo para construir caminhos para inclusão educacional, esta instituição investiu no processo de formação continuada de forma sistemática com os professores que assumiram as primeiras salas da rede.

O processo começou inicialmente com a contratação de 15(quinze) professores, e apesar de todos possuírem a formação em Educação Especial, cabe ressaltar que em níveis de Ensino diferentes, nenhum deles vinha com a experiência de trabalhar com alunos do ensino técnico de nível médio, em Sala de Recursos, demandando assim uma formação.

Método:

Tendo como cerne a formação dos professores das SRM e considerando que uma metodologia está diretamente associada aos objetivos que se pretende atingir, escolhemos como fio condutor para este trabalho, a utilização de uma abordagem qualitativa de acordo com os pressupostos da pesquisa-ação, que segundo Pimenta (2006), tem como princípio que os sujeitos envolvidos constituem um grupo com metas e objetivos comuns, estando interessados no problema inserido no contexto onde desempenham diferentes papéis.

Corroborando com Pimenta, Glat e Pletsch (2011) ressaltam que a pesquisa-ação é um método de investigação científica que se associa a ações voltadas para a resolução de um problema coletivo e que visa atender, de imediato, à demanda da comunidade que serve como campo de estudo. As autoras destacam que uma das características principais desta metodologia é a participação ativa dos indivíduos pertencentes ao campo onde o projeto está sendo desenvolvido, o que pressupõe uma estreita interação entre sujeitos e pesquisador, diferenciando-se assim de métodos convencionais em que o pesquisador mantém uma postura mais distanciada (dita, objetiva) da realidade investigada.

Para Glat e Pletsch (2011) o método de pesquisa-ação, de acordo com seus pressupostos, justifica-se como base para programas de formação continuada em escolas, uma vez que o pesquisador, ao se tornar parte integrante do contexto, pode

estimular e mediar a reflexão coletiva propositiva sobre os desafios vivenciados cotidianamente no universo escolar. Pensou-se em uma dinâmica de formação por meio do que optamos chamar de Encontros Dialógicos, que foram dinamizados pelos articuladores pedagógicos do Núcleo de Estudos e Assessoria Pedagógica à Inclusão que faz parte da Divisão de Diversidade e Inclusão Educacional da FAETEC e também, com o apoio da FAPERJ foram convidados especialistas que não pertenciam a rede . Sendo assim, a princípio os encontros com os docentes das SRM, ressaltando que as equipes técnico-pedagógicas também eram convidadas, foram sobre as temáticas abaixo:

- História do Processo de Inclusão na Faetec;
- Deficiência Intelectual;
- Tecnologia Assistivas;
- Deficiência Auditiva;
- Deficiência Visual;
- Políticas Públicas na Área da Educação Especial;
- Altas Habilidades;
- Adaptações Curriculares;
- Quem é o Público da SRM;
- Refletindo Sobre O Processo De Inclusão;
- Avaliação e Currículo na Educação Inclusiva;
- Programa de Ensino Individualizado;
- Altas Habilidades/Superdotação;
- E.I.:Desafios à Escola e à Formação de Professores;
- O AEE e suas implicações para a Educação Inclusiva;
- Adaptações e Flexibilizações Curriculares;
- Alfabetização e Atendimento Educacional Especializado;
- Práticas de Inclusão em Educação;
- Dislexia;
- Tecnologia Educacional.

Buscamos identificar de que forma a sala de recurso multifuncional e a formação do professor que nela atua, pode ser um facilitador para a formação do aluno com deficiência e seu ingresso no mercado de trabalho, visando estabelecer um diálogo constante entre as políticas públicas, educadores, e instituição de ensino para que aconteça uma troca real, relativa à construção de conhecimentos, atendimento a legislação e conseqüente melhoria da qualidade do ensino na educação inclusiva.

Resultado:

Durante o ano de 2010 foram implementadas 14 (catorze) salas de recursos, sendo 12(doze) na capital e municípios metropolitanos e 2 em municípios do interior do estado do Rio de Janeiro. As Unidades que contém Ensino Fundamental e Ensino Médio receberam uma sala de recursos para cada segmento. Em média são atendidos 10 (dez) alunos em cada sala, podendo ser mais ou menos de acordo com a realidade da escola e do desejo do aluno indicado para frequentar o atendimento. Em 2011, foi implementada mais 1 (uma) sala de recursos, em município do interior e com perspectiva de mais uma sala na região serrana do estado do Rio de Janeiro.

Além do atendimento aos alunos os professores da SrM, os professores que lá atuam participam dos Conselhos de Classe, reuniões pedagógicas e auxiliam a equipe pedagógica das unidades de ensino, tanto do núcleo comum como do ensino técnico, em seus planejamentos com objetivando que a Unidade Escolar desenvolva mais ações com o pressuposto da educação inclusiva. Em algumas unidades de ensino, a SRM já está sendo incluída no Projeto político Pedagógico, evidenciando a internalização de ações voltadas para a inclusão no cotidiano escolar.

Discussão e Conclusões:

Entendemos que a implementação das Salas de Recursos Multifuncionais permitirá a ampliação das ações idealizadas por esta instituição seja executada, de forma significativa, ampliando as oportunidades educacionais do alunado com deficiência. O pleno funcionamento deste espaço contribuirá não somente para o apoio no processo de formação dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação e na formação dos profissionais da educação, como para o desenvolvimento de estudos e pesquisas, envolvendo a produção de conhecimentos e aplicação destas ajudas técnicas, neste nível de formação.

Novos projetos, diretrizes e pensares a respeito de culturas, políticas e práticas inclusivas, têm como objetivo minimizar e eliminar os processos de exclusão que neles se verifiquem e disseminar o conhecimento e das ações produzidas, através de publicações e eventos acadêmico-científicos.

O apoio deste serviço especializado aos alunos que são o público alvo da Educação Especial contribuirá para que concluam seus cursos com maior qualidade e estejam melhores preparados para concorrer e assumir seus lugares no mercado trabalho. É preciso que o professor esteja constantemente atento ao seu aluno, identificando os conhecimentos que ele já dispõe e as necessidades que apresentam. Que ele use de sua criatividade, criando novas alternativas de ensinar, respondendo as necessidades identificadas e não desprezando seu conhecimento no que diz respeito ao recriar. Que faça uso contínuo da avaliação, identificando o que precisa ser ajustado neste processo.

Concluimos que um novo paradigma de trabalho educacional e de sociedade estabelece.

Encontra-se em processos de estudos, de reflexão e de busca de modelos eficazes e eficientes de educação inclusiva para nossa realidade, a fim de respondermos educacionalmente a todos com qualidade.

Mais do que respostas as questões que suscitam uma série de dúvidas, é preciso ter perguntas que levem a reflexão e busca por respostas.

A primeira condição para a educação inclusiva não custa dinheiro: ela exige uma nova forma de pensar. Precisamos entender que as crianças são diferentes entre si. Elas são únicas em sua forma de pensar e aprender. Todas as crianças, não apenas as que apresentam alguma limitação ou deficiência, são especiais. Por isto, também é errado exigir de diferentes crianças o mesmo desempenho e lidar com elas de maneira uniforme. O ensino deve ser organizado de forma que contemple as crianças em suas distintas capacidades. A individualização do ensino significa a individualização dos alvos, da didática e da avaliação. (BEYER, Hugo Otto, 2005 p.29).

Esperamos que a rede FAETEC, no sentido da implementação desse espaço para o AEE no Ensino Médio possa propiciar aos alunos o convívio, participação e desenvolvimento da sua autonomia, sem desconsiderar as atividades referentes ao desenvolvimento intelectual. Lembrando que o simples fato de terem um local, equipamentos e professor especializado não garantirão o sucesso dos alunos beneficiados por esta modalidade de atendimento, é importante que toda a instituição legitime o espaço escolar que está aberto às diferenças e que as mesmas quando trazem desvantagem para um aluno são pensadas com cuidado para que não afetem diretamente o desenvolvimento pedagógico e social de um aluno. Ou seja, que os alunos se beneficiem de uma educação profissional que busque inserir competências, a partir do desenvolvimento das habilidades de cada um, para uma futura inserção no mundo trabalho preparados, isto é, com capacidades desenvolvidas que os tornem capazes de gerenciarem suas vidas e fazerem suas escolhas profissionais ampliando assim, as suas possibilidades existenciais como pessoas.

Referências:

BRASIL. Lei Federal nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, v.134, nº248, 22 de dez. de 1996.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1998. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. MEC/SEESP. Marcos Político Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

BEYER, H. O. Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2005, 128p.

CORREIA, L.M. Educação Especial e Inclusão: quem disser que uma sobrevive sem a outra não está no seu perfeito juízo. Porto – Portugal: Porto Editora, 2008.

DUBET, F. A escola e a exclusão. Cadernos de Pesquisa, n. 119, jul/2003, p.29-45

GATTI, B. A. Análise das Políticas Públicas para formação continuada no Brasil, na última década. Revista Brasileira de Educação, v. 13, nº 37, p. 57-70, 2008.

GLAT, R. & PLETSCHE, M. D. Inclusão Escolar de Alunos com Necessidades Especiais. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011

_____. e NOGUEIRA, M.L.N. Políticas Educacionais e a Formação de Professores para a Educação Inclusiva no Brasil. Revista Integração, Brasília: MEC/Seesp, ano 14, v.24, p 2227, 2002

PIMENTA, S. G.. Pesquisa-ação crítico colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências na formação e atuação docente. In: PIMENTA, S. G. et al (Org.).



VII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Londrina de 08 a 10 novembro de 2011 - ISSN 2175-960X – Pg. 3882-3890

Pesquisa em Educação: alternativas com objetos complexos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, 25-64.